

## Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

### **DOCTRINA**

#### ARTIGOS

#### Crítica de la comparación constitucional "ad hoc"

<b>Michele Carducci</b> .....	13
I "Ad hoc-cracia" y derecho constitucional comparado.....	13
II ¿Cómo se manifiesta la comparación "ad hoc"?.....	16
III ¿Cómo superar la comparación "ad hoc"?.....	19

#### Fundamentos del principio constitucional de actuación conjunta para la tutela especial de derechos fundamentales

<b>Justo J. Reyna</b> .....	23
1 Introducción.....	23
2 Marco teórico.....	25
2.1 El Estado de Derecho Legal y el Estado de Derecho Constitucional.....	25
2.2 Las reglas y los principios jurídicos.....	29
2.3 Las dimensiones territoriales y el derecho administrativo.....	32
2.4 Los portales dimensionales; el espacio multidimensional y la actuación multidimensional.....	37
3 Fundamentos del principio constitucional de actuación conjunta para la tutela de los derechos fundamentales.....	39
4 Conclusión.....	49

#### A detenção administrativa dos estrangeiros irregulares na Itália e na União Europeia e o Direito humano fundamental à liberdade privada e à ampla defesa

<b>Cristiano Celone</b> .....	51
1 Introdução – As características da detenção administrativa na Itália.....	52
2 As condições e os limites da detenção administrativa e da liberdade pessoal na Constituição italiana e no direito internacional.....	55
3 Origem e evolução da legislação italiana sobre a detenção administrativa dos cidadãos estrangeiros irregulares.....	59
4 Vários tipos de centros destinados a acolher, identificar e expulsar os migrantes irregulares.....	62
4.1 Centros de primeiro socorro e de acolhimento (CPSA) e Centros de acolhimento (CDA)....	64
4.2 Centros de acolhimento para requerentes de asilo (CARA).....	67
4.3 Centros de identificação e de expulsão (CIE).....	72
4.3.1 As condições para a detenção nos CIE segundo a Diretiva Europeia nº 115/2008 e a Lei Italiana de Transposição nº 129/2011.....	74
4.3.2 Questões de inconstitucionalidade e de incompatibilidade com o direito comunitário da legislação nacional sobre os CIEs.....	77
5 Conclusões.....	82
Referências.....	84



Imbricações necessárias entre moralidade administrativa e probidade administrativa

<b>Rogério Gesta Leal</b> .....	87
1 Notas introdutórias .....	87
2 As tensas relações entre moral, direito e Estado – Um debate inconcluso .....	88
3 Densificações jurídicas da moralidade e da probidade no âmbito da Administração Pública .....	96
Referências .....	105

Parcerias para o desenvolvimento produtivo de medicamentos – A questão do preço

<b>Carlos Ari Sundfeld, Rodrigo Pagani de Souza</b> .....	109
1 Introdução .....	109
2 O que são parcerias para o desenvolvimento produtivo de medicamentos? .....	110
3 Os critérios jurídicos de estipulação do preço nas parcerias para o desenvolvimento produtivo de medicamentos .....	115
4 Insuficiências do critério do menor preço para atender ao direito vigente .....	120
5 Conclusão .....	122

Direito fundamental ao serviço público adequado e capacidade econômica do cidadão – Repensando a universalidade do acesso à luz da igualdade material

<b>Daniel Wunder Hachem</b> .....	123
1 Considerações iniciais .....	123
2 A noção jurídico-constitucional de serviço público no Direito brasileiro contemporâneo .....	125
3 O direito fundamental ao serviço público adequado na Constituição de 1988 – Fundamentação teórica, conteúdo jurídico e consequências práticas .....	129
3.1 O serviço público como direito <i>fundamental</i> – Enquadramento constitucional e efeitos jurídicos decorrentes .....	130
3.2 Conteúdo jurídico do direito fundamental ao serviço público <i>adequado</i> .....	134
4 O princípio da universalidade do acesso aos serviços públicos – Capacidade econômica do cidadão e tutela administrativa igualitária dos direitos fundamentais sociais .....	137
4.1 Igualdade material e a universalidade da titularidade dos direitos fundamentais sociais como <i>ponto de chegada</i> (e não como <i>ponto de partida</i> ) .....	146
4.2 A universalidade de acesso aos serviços públicos de saúde e educação na Constituição brasileira de 1988 .....	151
Referências .....	155

Controle de constitucionalidade e os processos de integração – Mercosul

<b>Eduardo Biacchi Gomes, Luis Alexandre Carta Winter</b> .....	159
1 Introdução .....	159
2 Controle de constitucionalidade e os tratados de direitos humanos .....	160
3 Controle de constitucionalidade no sistema da Corte Interamericana de Justiça – Proposta de adoção ao Mercosul .....	162
4 Considerações finais .....	167
Referências .....	168

Contrato de gestão para ampliação da autonomia gerencial – Case jurídico de malogro na importação e novas formas de se alcançar maior eficiência na gestão pública

<b>Irene Patrícia Nohara</b> .....	169
1 Considerações introdutórias .....	169
2 Reforma Administrativa – Modelo gerencial e tentativa de flexibilização da gestão.....	170
3 Natureza jurídica do “contrato” de gestão .....	174
4 Previsão legal para duração, controles e remuneração .....	176
5 Limites de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira .....	177
6 Possibilidade do emprego de novas formas de alcance de eficiência na gestão pública.....	180
7 Conclusões .....	183
Referências .....	185

Aspectos inconstitucionais da Lei de Improbidade Administrativa

<b>Marcelo Harger</b> .....	187
1 Introdução .....	187
2 A competência legislativa para instituir o ilícito de improbidade administrativa.....	189
3 O dolo como elemento da improbidade administrativa.....	191
4 A ofensa ao princípio da tipicidade .....	195
5 A ofensa o princípio da individualização das penas .....	204
6 A inconstitucionalidade das penas de pagamento de multa civil, proibição de contratar contra o Poder Público e de proibição de receber incentivos fiscais ou creditícios.....	206
7 A limitação à liberdade do legislador ao tipificar condutas e estabelecer penalidades.....	207
8 A inconstitucional previsão em lei federal de requisitos para exercer cargos públicos nos demais entes federados.....	208
9 A inconstitucionalidade de exigir declaração de bens de terceiros como condição para o exercício de cargos públicos.....	208
10 Conclusão .....	209
Referências .....	210

A reserva do possível no contexto da realidade constitucional brasileira e sua aplicabilidade em relação às políticas públicas e aos direitos sociais

<b>Caroline Müller Bitencourt</b> .....	213
Introdução .....	213
1 A reserva do possível no contexto da decisão do Tribunal Constitucional Alemão e no contexto da teoria dos custos norte-americana .....	215
2 Distinguindo os direitos sociais das políticas públicas .....	221
3 A “reserva do possível” – Reflexões a partir de exemplos da jurisprudência brasileira no seu tratamento .....	233
Conclusão .....	241
Referências .....	242

ÍNDICE.....	245
-------------	-----

ABSTRACTS .....	251
-----------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	255
---------------------------------	-----